

O jornal diário dos ancepianos.
29 de março- 8h30

GLOBALIZAÇÃO: NORMA INTERNACIONAL VAI ALTERAR A GESTÃO CONTÁBIL DE SEGURADORAS E ENTIDADES ABERTAS



O mercado segurador começa a se preparar para a grande mudança que ocorrerá a partir de 2022, com a adoção da chamada IFRS 17, Padrão Internacional de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards 17), norma mundial que alterará significativamente o modelo de gestão contábil, financeiro e atuarial das empresas de seguros. A notícia é do **VALOR ECONÔMICO** e embora alcance diretamente num primeiro momento apenas as entidades abertas de previdência, conhecer tal fato é obrigatório para o nosso público.

Todos os contratos serão regidos pelas novas regras, que mudarão a forma de as organizações reconhecerem suas receitas e de mensurarem seus passivos. A vantagem para as empresas e as entidades abertas é a de se tornarem alinhadas à metodologia global. Os riscos têm a ver com prazos. Há dúvidas por parte de especialistas de que todo o mercado estará preparado para adotar a IFRS 17 já em 2020.

A IFRS 17, definida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e aprovada em 2017, visa assegurar um tratamento contábil comum ao mercado segurador global, permitindo a comparação de resultados a partir dessa unificação, além de maior transparência nos resultados. Atualmente, a legislação tanto no Brasil como no exterior adota formas distintas de cálculos, resultando na diversidade de práticas contábeis.

"A IFRS 17 já é considerada revolucionária", diz Alexandre Paraskevopoulos, sócio da Deloitte. Segundo ele, as grandes empresas mundiais já começaram a aplicar a norma, mas, dada sua complexidade, pressionaram para que entrasse em vigor em 2022, um ano depois do previsto inicialmente. Além de permitir maior comparabilidade, a IFRS 17 alterará o modo como a seguradoras avaliam seu desempenho.

Carlos Matta, sócio da PwC Brasil, faz a mesma avaliação. "O impacto será bem relevante e o maior deles ocorrerá na área de tecnologia", disse. As companhias terão que adaptar todos os sistemas de forma disruptiva.

Danielle Torres, sócia- diretora da KPMG, diz que a norma introduz três modelos de contabilização para mensurar contratos de seguro e registro de receita. Destaca, entre as novidades, o de mensuração do passivo, trazendo métricas de interpretação que, até então, não se mostram tão evidentes nas demonstrações financeiras.

8º ENCONT: ancepianos pode enviar sugestões para a composição do programa

O 8º ENCONT - Encontro Nacional dos Contabilistas de Entidades de Previdência será realizado nos dias 1º e 2 de agosto, em Porto Alegre e seu tema-central já está escolhido: "Contabilidade na Era Digital: Rompendo Fronteiras em um Mundo em Transformação". Mas o programa, alinhado com essa temática, ainda está sendo desenhado e será objeto de reunião que o Grupo de Trabalho constituído para esse fim fará no dia 4 de abril, sendo que os ancepianos poderão enviar as suas sugestões através do e-mail ancep@ancep.org.br. O Presidente Roque Muniz enviou ontem mensagem aos associados reforçando o convite para que propostas nesse sentido seja enviadas.

O GT é integrado por Evenilson de Jesus Balzer (Vice-presidente), Luiz Felipe Dutra Sousa (Diretor de Assuntos Corporativos), Maria Elizabete da Silva (Diretora Técnica), Edgar Silva Grassi (conselheiro), Geraldo de Assis Souza Júnior (conselheiro), Júlio César Medeiros Pasqualetto (conselheiro), Leila Mello (Petros) e Jose Edson da Cunha Junior (consultor da JCM&B).

O 8º ENCONT será pelo terceiro ano consecutivo uma realização conjunta da ANCEP e ABRAPP, duas associações conhecidas pelo elevado padrão técnico de seus eventos.

Postalís: Interventor aposta na criação de novo plano

O interventor no Postalís, Walter Parente, diz ao **VALOR ECONÔMICO** que o fim da intervenção na entidade depende de uma "solução previdenciária" para o problemático plano de benefício definido (BD), que se espera que aconteça ainda em 2019.

A principal aposta é abrir um novo plano, provavelmente de contribuição definida, para que os participantes migrem voluntariamente para a nova modalidade.

"O fundo BD tem obrigações financeiras de R\$ 15 bilhões para fazer frente ao pagamento de benefícios, mas temos na casa somente R\$ 2,8 bilhões. O tamanho do problema é de quase R\$ 12 bilhões. É uma cifra quase impossível de ser paga pelos participantes", afirmou Parente ao Valor. "A principal recomendação da Previc [Superintendência Nacional de Previdência Complementar] foi a de evitar uma liquidação do plano."

É preciso encontrar uma saída viável e menos onerosa aos participantes e ao patrocinador. "O déficit do Postalís é o maior problema dos Correios." Em abril, deve ser aprovado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pela Previc e, na sequência, as negociações para a definição da solução devem ser enfrentadas".

A equipe do interventor também trabalha na redução de custos da fundação. As despesas administrativas caíram 30% em 2018 e em 2019 devem cair mais 15%. Também busca retomar o pagamento da Reserva Técnica de Serviço Anterior (RTSA) - uma dívida dos Correios com a fundação - de mais de R\$ 1 bilhão.

Parente se concentrou na reestruturação organizacional, melhoria de atendimento de participantes e adoção de critérios de seleção de gestores e de governança. Na medida mais recente, está sendo desenhado um programa de integridade da fundação. O balanço de 2018, que será apresentado nesta sexta-feira, não contém ressalva de auditores pela primeira vez em anos.

BNY Mellon - O Postalís acredita que vai chegar a uma solução negociada para os litígios com o banco americano BNY Mellon, por meio do Ministério Público Federal (MPF). A fundação dos funcionários dos Correios tem várias ações na Justiça contra a instituição, mas não há sentença em nenhuma delas. Há apenas um bloqueio de bens de R\$ 250 milhões, já confirmados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Jogamos todas as nossas fichas em um acordo. O Ministério Público se especializou muito nestes trabalhos", disse o interventor do fundo de pensão, Walter Parente, sem mencionar valores.

Funcef consulta a Previc sobre aplicação da Resolução 30

A Funcef distribuiu comunicado ontem informando ter consultado a PREVIC sobre a aplicação da resolução nº 30 para planos de equacionamento implementados pelo valor mínimo previsto pela legislação, ocorrido nos exercícios anteriores a 2016 (Saldado 2014 e 2015 e Não Saldado 2015). A notícia está no **SITE DA FUNCEF**.

A Funcef, que informa também não ter a autarquia ainda respondido, cogita de usar a Resolução CNPC nº 30 no caso do equacionamento de déficits dos planos previdenciários fechados a adesão de novos participantes, raciocínio que se aplica ao REG/Replan Saldado e Não Saldado. A resolução permite, por exemplo, estender o prazo das contribuições extraordinárias de 1,5 vez a sua duração, o que possibilitaria reduzir a alíquota de desconto dos participantes.

Fundos de pensão: Vale calcula efeitos de estouro da barragem

A Vale, de cujo capital fundos de pensão participam através da Litel, sinalizou ontem ao mercado quais vão ser os impactos de Brumadinho sobre o negócio de minério de ferro em 2019. O cenário base considera uma redução de 75 milhões de toneladas nas vendas do produto da empresa neste ano. Há ainda uma estimativa mais otimista, que prevê redução de 50 milhões de toneladas. A previsão original da mineradora era vender 382 milhões de toneladas da commodity neste ano - a partir de uma produção de 400 milhões de toneladas - volume que agora deverá ficar entre 307 milhões e 332 milhões. O volume final de vendas - se será o piso ou o teto dessa banda - vai depender da velocidade com que a Vale consiga colocar novamente em operação a mina de Brucutu, em Minas Gerais, notícia o **VALOR ECONÔMICO**.

A avaliação de bancos de investimento, depois do anúncio feito ontem pela Vale em teleconferências com analistas, é de que a redução dos volumes de venda em 2019 tende a provocar déficit na relação entre oferta e demanda no mercado internacional de minério de ferro, fazendo com que os preços alcancem patamares de US\$ 100 por tonelada (ontem a commodity caiu 0,5% no porto de Qingdao, na China, a US\$ 84,68). Na quarta-feira, a Vale já havia atualizado números mostrando que o impacto acumulado de Brumadinho até agora é de 93 milhões de toneladas anuais.

